



AVALIAÇÃO UNIFICADA

CADERNO DE QUESTÕES

INSTRUÇÕES

- Você está recebendo o CADERNO DE QUESTÕES e a FOLHA DE RESPOSTA.
- Para cada questão há somente uma alternativa correta. Assinale na folha de respostas a alternativa que julgar correta.
- Não é permitido nenhum tipo de consulta, incluindo Calculadoras e Códigos Jurídicos.
- O cartão de resposta não será substituído em hipótese alguma.
- Término da prova: **21h**
- Tempo mínimo para entrega da prova: **40 min.**

CURSO/PERÍODO

DIREITO: 1º PERÍODO - DATA: 22/04/2026

GABARITO RASCUNHO

01	A	B	C	D
02	A	B	C	D
03	A	B	C	D
04	A	B	C	D
05	A	B	C	D
06	A	B	C	D
07	A	B	C	D
08	A	B	C	D
09	A	B	C	D
10	A	B	C	D
11	A	B	C	D
12	A	B	C	D
13	A	B	C	D
14	A	B	C	D
15	A	B	C	D
16	A	B	C	D
17	A	B	C	D
18	A	B	C	D
19	A	B	C	D
20	A	B	C	D
21	A	B	C	D
22	A	B	C	D
23	A	B	C	D
24	A	B	C	D
25	A	B	C	D

“Os desafios são o que tornam a vida interessante; superá-los é o que dá sentido à vida.” Joshua J.

**VOCÊ É CAPAZ!
BOA PROVA!**



Disciplina: Direito Penal - Parte Geral I
Professor: Dr. Eliel Ribeiro Carvalho

Questão 01

Analise as assertivas e em seguida marque a alternativa correta:

- I. O princípio da legalidade, também conhecido como princípio da reserva legal, é um dos pilares do direito penal e estabelece que só é possível punir aqueles atos previstos em lei como crime ou contravenção.
- II. O princípio da legalidade, também, protege as pessoas contra abusos do poder estatal, pois impede que elas sejam punidas por atos que não foram expressamente proibidos pela lei.
- III. O princípio non bis in idem ou ne bis in idem significa que ninguém pode ser julgado mais do que uma vez pelo mesmo crime.
- a) Somente a assertiva I está correta.
b) Somente as assertivas I e III estão corretas.
c) Somente as assertivas II e III estão corretas.
d) Todas as assertivas estão corretas.

Questão 02

Marque a alternativa que cita a fonte formal imediata do direito penal:

- a) A Lei.
b) Os Costumes.
c) Princípios gerais do direito.
d) Atos Administrativos.

Questão 03

São as leis que criam crimes e cominam penas. Estão condidas na parte especial do Código Penal e na legislação especial. No tocante à classificação das leis penais, essa norma é:

- a) Incriminadora.
b) Não Incriminadora Permissiva.
c) Não Incriminadora Interpretativa.
d) Não Incriminadora Exculpante.

Questão 04

São Características da Lei Penal, EXCETO:

- a) Exclusividade.
b) Imperatividade.
c) Exculpante.
d) Generalidade.

Questão 05

Analise a situação hipotética e em seguida marque a alternativa correta.

No dia 10 de março de 2026, Gerson pratica uma conduta que não é considerada crime. No dia de 15 de março, do mesmo ano, entra em vigor uma lei tipificando essa conduta como crime, com pena de reclusão. No dia 20 de março de 2026, o Ministério Público oferece denúncia (ação penal contra Gerson) pela conduta praticada no dia 10 de março de 2026.

Com base no Código Penal, a denúncia é válida?

- a) Sim, pois a lei penal retroage para atingir fatos passados.
b) Não, em observância ao princípio da anterioridade, pois, não há crime sem lei anterior que o defina.
c) Sim, desde que a pena seja convertida em multa.
d) Não, pois crimes praticados no mesmo mês da lei nova são considerados crimes.

Disciplina: Direito Civil – Parte Geral I
Professor: Esp. Ronaldo Carvalho Silva Filho

Questão 06

João, com 15 anos de idade, órfão de pai e mãe, vive sob a tutela de seu avô materno. João demonstra grande maturidade e possui economia própria, advinda de seu trabalho como jovem aprendiz e de investimentos que herdou. O avô de João deseja emancipá-lo para que ele possa administrar seus bens livremente. Diante do Código Civil brasileiro, assinale a afirmativa correta:

- A) A emancipação de João pode ser concedida pelo tutor, por instrumento público, independentemente de autorização judicial.
- B) João não pode ser emancipado por ser menor de 16 anos, uma vez que a idade mínima para qualquer forma de emancipação é de 16 anos completos.
- C) A emancipação concedida pelo tutor só produzirá efeitos após a homologação judicial e a oitiva do Ministério Público.
- D) Sendo João menor de 16 anos, ele é absolutamente incapaz, e a emancipação voluntária pelos pais ou tutor só é permitida após os 16 anos; contudo, ele pode ser emancipado judicialmente se o juiz entender que há maturidade suficiente

Questão 07

A Lei de Registros Públicos estabelece regras para o registro do prenome de recém-nascidos. Caso os pais pretendam registrar a criança com um nome que possa expô-la ao ridículo, qual deve ser a conduta do oficial do registro civil?

- A) O oficial é obrigado a registrar qualquer nome escolhido pelos pais, em respeito ao poder familiar.
- B) O oficial deve registrar o nome e, simultaneamente, comunicar o Conselho Tutelar.
- C) O oficial não registrará o prenome e, se os pais insistirem, submeterá a dúvida ao juiz competente.
- D) O oficial deve escolher um nome substituto que seja semelhante ao pretendido pelos pais, mas sem o caráter vexatório.

Questão 08

Sobre a proteção à imagem e à vida privada, considere que uma revista de fofocas publica fotos de uma famosa atriz em um momento de lazer com sua família em uma praia deserta, sem sua autorização, com o intuito de aumentar as vendas. Diante disso:

- A) A atriz não pode reclamar, pois, por ser pessoa pública, sua imagem pertence ao domínio comum e não goza de proteção à privacidade.
- B) A exposição da imagem de pessoa pública só gera dano moral se houver prova de que as fotos foram alteradas digitalmente.
- C) O uso da imagem de uma pessoa para fins comerciais ou econômicos, sem autorização, gera o dever de indenizar, independentemente de prova de prejuízo (dano *in re ipsa*).
- D) A liberdade de imprensa prevalece sobre o direito à imagem em qualquer circunstância, sendo vedada a proibição de publicação.

Questão 09

No contrato de locação de um imóvel urbano, as partes estabelecem uma cláusula determinando que qualquer disputa judicial oriunda daquele contrato deverá ser resolvida no foro da Comarca de Curitiba, ainda que as partes residam em São Paulo. Essa estipulação é conhecida como:

- A) Domicílio necessário, imposto pela natureza do contrato.
- B) Domicílio de eleição, sendo plenamente válida se feita por escrito e instrumento específico.
- C) Domicílio plúrimo, pois permite que o autor escolha entre dois fóruns diferentes.
- D) Domicílio de residência, baseado no local do imóvel objeto da lide.

Disciplina: Introdução às Ciências Políticas
Professor: Esp. Nelson Oberlander Reis Júnior

Questão 10

O Utilitarismo é uma teoria ética utilizada, de maneira geral, como instrumento para que o indivíduo saiba qual melhor decisão ética tomar quando necessário.

Entre os pensadores que desenvolveram essa linha de pensamento político está:

Escolha uma opção:

- a) Kant.
- b) Karl Marx.
- c) Platão.
- d) John Stuart Mill.

Questão 11

A _____ da antiga Grécia era a cidade, comunidade, composta pela coletividade, ou seja, por importantes cidadãos que compartilhavam ideais de virtude, de bens e valores familiares.

Após a leitura do trecho, marque a alternativa com a palavra que completa corretamente a frase.

Escolha uma opção:

- a) Basileia.
- b) Polis.
- c) Civitas.
- d) Chronos.

Disciplina: Teoria Geral do Direito
Professor: Esp. Nelson Oberlander Reis Júnior

Questão 12

Uma norma constitucional que depende da elaboração de uma lei complementar posterior para produzir a totalidade de seus efeitos (como o imposto sobre grandes fortunas) possui:

- a) Aplicabilidade Plena
- b) Aplicabilidade Absoluta
- c) Aplicabilidade Limitada
- d) Aplicabilidade Exaurida

Questão 13

Quando uma regra admite mais de uma interpretação possível, a função hermenêutica dos princípios determina que:

- a) A regra deve ser excluída do sistema por ser ambígua.
- b) Prevalece a interpretação que melhor se afinar com os princípios.
- c) O intérprete deve ignorar os princípios e aplicar a letra fria da lei.
- d) A regra passa a ter aplicação absoluta e paralisante.

Questão 14

A cessação da validade temporal de normas que apresentam vigência determinada, ocorrendo automaticamente ao fim do prazo previsto, é denominada:

- a) Ab-rogação
- b) Derrogação
- c) Caducidade
- d) Desuso

Disciplina: Direito Constitucional I
Professora: Esp. Juliana Soler

Questão 15

O constitucionalismo é um fenômeno histórico e jurídico que marcou a formação do Estado moderno, tendo como principais objetivos a limitação do poder estatal e a proteção dos direitos fundamentais.

Com base nesse conceito, assinale a alternativa correta:

- a) O constitucionalismo é um movimento exclusivamente político, sem relevância jurídica, voltado apenas à organização do Estado.
- b) O constitucionalismo corresponde a um movimento histórico, jurídico e social que busca limitar o poder estatal, assegurar direitos fundamentais e garantir a supremacia da Constituição.
- c) O constitucionalismo tem como finalidade principal ampliar o poder do Estado, reduzindo a importância dos direitos individuais.
- d) O constitucionalismo está ligado apenas às Constituições contemporâneas, não possuindo relação com períodos históricos anteriores.

Questão 16

A Constituição Federal de 1988 estabelece, em seu art. 60, que sua alteração depende de um procedimento legislativo mais complexo do que o exigido para a elaboração das leis ordinárias, incluindo quórum qualificado e votação em dois turnos em cada Casa do Congresso Nacional.

Com base na classificação das Constituições quanto à estabilidade, alterabilidade ou mutabilidade, assinale a alternativa correta:

- a) A Constituição Federal de 1988 é classificada como flexível, pois pode ser alterada pelo mesmo procedimento das leis ordinárias.
- b) A Constituição Federal de 1988 é classificada como rígida, pois exige processo legislativo mais complexo para sua modificação.
- c) A Constituição Federal de 1988 é classificada como imutável, pois não admite alterações.
- d) A Constituição Federal de 1988 é classificada como semirrígida, pois permite livre alteração de parte de suas normas.

Questão 17

Acerca da aplicabilidade das normas constitucionais, assinale a alternativa correta:

Alternativas

- a) As normas consideradas como de eficácia plena possuem aplicabilidade imediata e direta.
- b) As normas de eficácia prospectiva têm aplicabilidade sempre integral.
- c) As normas de eficácia limitada possuem aplicabilidade imediata e direta.
- d) Normas de eficácia limitada prescindem de norma integrativa infraconstitucional.

Questão 18

A questão da eficácia jurídica das normas constitucionais é central para a compreensão do sistema jurídico e suscita diversas controvérsias, exigindo uma análise aprofundada e cuidadosa por parte dos operadores do direito. Segundo José Afonso da Silva, as normas podem ser classificadas como constitucionais de eficácia nas seguintes formas: plena, contida e limitada. Sobre elas, é CORRETO afirmar que na eficácia da:

Alternativas

- a) Contida, se abrangem as normas declaratórias de princípios institutivos ou organizativos e de princípios programáticos.

- b) Limitada, a aplicabilidade é direta, imediata, mas não integral, cujo efeito pode ser limitado pela legislação infraconstitucional.
- c) Contida, as normas dependem de complementação do legislador infraconstitucional.
- d) Plena, a aplicabilidade é direta, imediata e integral, produzindo todos os efeitos desde a entrada em vigor.

Questão 19

Um jornalista divulga reportagem sobre determinado agente público, revelando fatos de interesse coletivo. O conteúdo, porém, atinge a honra e a imagem do indivíduo envolvido. Diante disso, o Poder Judiciário é chamado a decidir o conflito entre a liberdade de imprensa e os direitos da personalidade. Com base nos princípios da interpretação constitucional, assinale a alternativa correta:

- a) Deve-se dar prevalência absoluta à liberdade de imprensa, por se tratar de direito fundamental.
- b) Deve-se afastar totalmente o direito à honra, pois não possui proteção constitucional.
- c) Deve-se aplicar o princípio da concordância prática, buscando harmonizar os direitos em conflito.
- d) Deve-se declarar a inconstitucionalidade de um dos direitos fundamentais envolvidos.

Questão 20

O Supremo Tribunal Federal, ao julgar determinado caso, passou a interpretar uma norma constitucional de forma diversa daquela adotada anteriormente, atribuindo-lhe novo sentido, sem que tenha havido qualquer alteração formal no texto da Constituição.

Com base na teoria da hermenêutica constitucional, assinale a alternativa correta:

- a) Trata-se de reforma constitucional, pois houve alteração do texto da Constituição por meio de emenda.
- b) Trata-se de mutação constitucional, caracterizada pela alteração do sentido da norma sem modificação do texto.
- c) Trata-se de norma de eficácia limitada, que depende de regulamentação para produzir efeitos.
- d) Trata-se de norma de eficácia plena, que não admite qualquer tipo de interpretação pelo Poder Judiciário.

Disciplina: História do Direito

Professor: Esp. Juliana Soler

Questão 21

Considerando os primórdios do Direito, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Nas sociedades anteriores à escrita, a transmissão de leis abrangia, sobretudo, o escopo intergeracional. Os protagonistas eram figuras religiosas e anciãos, que, para isso, realizavam cerimônias, contos e discussões, contendo lições morais. Esses agentes, além de transmitirem as leis, cumpriam funções de mediadores e/ou de juízes.
- b) as leis escritas fundamentavam um largo escopo da vida cotidiana dos sujeitos, incluindo casamentos, propriedade, direito de herança e delitos. Essas leis refletiam, literalmente, a sociedade de seu tempo, pois espelhavam o consenso da comunidade e a equidade percebida, buscando a reconciliação como a reparação de maneira preferencial, eram leis passadas pelo costume.
- c) nessas sociedades sem escrita, os crimes não eram divididos em diferentes classes, as leis não escritas não fundamentavam a vida cotidiana.
- d) O Código de Hamurabi lei ressalta o papel do plebe que tinha o dever de garantir a ordem social. O Código reflete normas legais e a própria estrutura hierárquica (e concepções éticas) da sociedade babilônica.

Questão 22

Assinale a alternativa INCORRETA:

- a) O Código de Hamurabi traz leis que regulam, por exemplo, a prática da escravidão; o exercício do divórcio; o direito de herança; punições voltadas para fraudes em práticas comerciais; punições para crimes que atentam contra a vida; dentre outras práticas. A lei ressalta o papel do rei como uma espécie de “mediador divino de conflitos”, que, com essa alcunha, tinha o dever de garantir a ordem social. O Código reflete normas legais e a própria estrutura hierárquica (e concepções éticas) da sociedade babilônica.
- b) o Código de Hamurabi, em que pese ter sido uma das primeiras legislações escritas da história, teve apenas a função de consolidar o poder de Hamurabi, considerando o grande desafio de lidar com a diversificada demografia de seu império, e não buscou criar um padrão de justiça capaz de ir além das fronteiras tribais e locais.
- c) O código de Hamurabi reflete normas legais e nem a estrutura hierárquica da sociedade babilônica, ressaltou o papel do rei.
- d) O rei tinha papel de mediador divino de conflitos e tinha o dever de garantir a ordem social.

O sucesso não cai do céu. Ele exige muita luta, esforço, estudo e força de vontade.